

Significados e Usos Sociais da Expertise na Militância Ambientalista

Wilson José Ferreira de Oliveira*

Resumo

Esse artigo examina os significados e as lógicas sociais da utilização de recursos de expertise no ativismo ambientalista. Os procedimentos analíticos concentraram-se numa história social do setor de proteção ambiental e na investigação da diversidade de esferas e de redes sociais articuladas às trajetórias familiares, escolares, militantes e profissionais dos militantes do Rio Grande do Sul. Os resultados obtidos demonstraram que os significados e a utilização da expertise no ativismo ambiental, estão associados a padrões distintos de reconversão da formação e do exercício profissional em diferentes esferas de atividade, com base nos vínculos anteriores e/ou simultâneos estabelecidos pelos militantes com redes diversificadas de organizações e "movimentos sociais".

Palavras chaves: *Militantismo; Expertise; Redes Sociais; Ambientalismo;*

Abstract

This article examines the meanings and the social logics of the use of resources of expertise in the environmental activism. The analytical procedures were centered in the analysis of the social history of the environmental protection sector and in an inquiry into the diversity of spheres and social networks articulated with family, educational, political and professional histories of the activists in the Rio Grande do Sul state. The results obtained demonstrate that the meanings and the use of expertise in the environmental activism are associated the distinct patterns for reconverting university and professional training in different spheres of activity, on the basis of previous and/or simultaneous bonds established by activists with diversified networks of organizations and 'social movements'.

Keywords: *Activism; Expertise; Social Networks; Environmentalism.*

Fecha de recepción: Diciembre 2008 • Fecha de aprobación: Noviembre 2009

* Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor adjunto da Universidade Federal de Sergipe – UFS/SE. Antropologia da política, militantismo, políticas públicas, escolarização, movimentos sociais, associativismo e participação política são suas áreas de interesse. É autor de várias publicações nessas áreas. E-mail: wjfo2001@ig.com.br ou wjfoliveira@msn.com.br

Trabajo presentado en la Mesa 13. Antropología Política. Comisión 2: Expertos y militantes, trayectorias políticas y competencias profesionales. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, UNaM. Posadas, Agosto de 2008.

Apresentação

Uma das características principais salientadas pela literatura sobre o ativismo ambientalista é a intensificação da utilização de competências de *expertise* como o principal recurso para a intervenção militante. Nesse sentido, a maioria dos estudos¹ tem demonstrado que uma das principais transformações ocorridas na defesa de causas ambientais, a partir do final dos anos de 1980, tem sido uma tendência geral de institucionalização da ação associativa, no sentido da regularização do seu acesso aos espaços e processos formais de produção de políticas públicas de gestão ambiental, assim como na profissionalização de seus integrantes e de suas atividades, decorrente da intensificação da utilização de competências de *expertise* como o principal recurso para a intervenção militante. Conforme tais abordagens, a criação de agências governamentais, conselhos, comitês e instâncias formais de articulação das ONG's ambientalistas, constitui um dos principais fatores que contribuíram para esse processo de institucionalização e profissionalização das atividades e intervenções do movimento ambientalista. Com isso, os recursos militantes requeridos para a participação regular das ONG's ambientalistas em tais instâncias e para suas intervenções públicas passou a ter como base principal o recrutamento de ativistas dotados de elevada formação técnica e científica e a utilização de competências de *expertise*, adquiridas através da formação universitária e profissional. Apesar de diferenças quanto às abordagens, esse tipo de caracterização do ambientalismo tem predominado na literatura internacional (Ollitrault, 2001; Anquentin, 2002; Gallet, 2002; Rootes, 1999).

Essa caracterização não parece ser um aspecto exclusivo do movimento ambientalista. Pelo contrário, ela tem sido apresentada como uma tendência geral igualmente observada em diferentes formas de militantismo. Quanto a isso, a maioria dos trabalhos sobre engajamento político tem salientado que a expansão da escolarização pode ser tomada como um dos principais ingredientes das transformações atuais do militantismo. Assim, as análises produzidas a partir da investigação do militantismo na defesa dos direitos humanos, de causas humanitárias, sindicais, ambientalistas, entre outros, têm demonstrado que a importância crescente dos recursos escolares e da legitimidade de *expertise* nas mobilizações coletivas pode ser tomada como uma característica principal dos mais diferentes tipos de militantismo. Segundo tais análises, a participação regular das ONG's em instâncias formais (conselhos, fóruns, comitês, etc.) esteve associada ao recrutamento de militantes e dirigentes dotados de elevada formação técnica e científica e à utilização de competências de *expertise*, adquiridas através da formação universitária, como um dos principais recursos militantes nas intervenções públicas de tais organizações, possibilitando a emergência de um novo campo de exercício profissional (Siméant & Dauvin, 2002; Matonti & Poupeau, 2004; Wagner, 2004).

O militantismo ambientalista constitui uma das situações exemplares para a observação dessa forte imbricação entre *expertise* e engajamento político. Nesse sentido, alguns trabalhos têm salientado a importância da formação técnica e científica no recrutamento e na seleção dos dirigentes ambientalistas, resultando na constituição de uma categoria social

¹As pesquisas que deram origem a esse trabalho foram financiadas pela CAPES, com bolsa de doutorado, CNPq, através da concessão de recursos para despesas com capital, e FAPERGS, com a concessão de uma Bolsa de Iniciação Científica.

que tem como um dos traços principais o fato de ser fortemente dotada em capitais culturais, escolares, profissionais e sociais: alta representação de diplomados, forte presença de categorias intelectuais, de universitários ou de pesquisadores e relações de afinidade e de inter-reconhecimento com atores do universo científico, político, sindical e midiático (Ollitrault, 1996). A respeito disso, Ollitrault (2001) salienta que uma das principais transformações ocorridas nesse tipo de militantismo a partir de meados da década de 1980 foi a substituição de um modelo de “militante ativista” pelo “militantismo de expertise”. De maneira similar, Gallet (2002) demonstra que a utilização de “recursos de *expertise*” tornou-se um dos instrumentos principais do ativismo ambiental e guiou a reestruturação do GREENPEACE francês em sua estratégia de mobilização coletiva. Tais características escolares dos dirigentes são consideradas como um dos fatores principais que possibilita compreender a grande “circularidade” entre os discursos eruditos e militantes no universo do ambientalismo que se manifesta, entre outras coisas, através de uma ambigüidade extremamente forte entre as categorias científicas e militantes. Ela está fundada na capacidade que os “ecologistas” têm de utilização instrumental de recursos escolares e acadêmicos em proveito de sua luta militante, apropriando-se de análises científicas para justificar suas condutas e legitimar suas posições militantes, produzindo eles mesmos os seus discursos identitários, os quadros teóricos, os esquemas de interpretação e de avaliação do “movimento ecologista”, bem como definindo os problemas ecológicos a considerar e as soluções a adotar (Hannigan, 1995; Ollitrault, 1996).

Semelhante ao que se tem observado nessas outras situações nacionais, no caso brasileiro, a institucionalização e a profissionalização do ambientalismo também tem se apresentado como um dos traços predominantes nas investigações e análises produzidas pelos principais grupos de pesquisa sobre a problemática ambiental (Alonso & Costa, 2002^a, 2002^b). Esse é o caso daqueles trabalhos que enfatizam a maior difusão e institucionalização da problemática ambiental nas mais diferentes organizações e setores da sociedade (Viola, 1992), como também dos que salientam, mais especificamente, a intensificação do processo de profissionalização das organizações ambientalistas e a contratação de técnicos como forma de legitimação de suas atividades e intervenções públicas (Loureiro & Pacheco, 1995). No que diz respeito ao problema da constituição de mecanismos e instituições de participação na formulação e implementação de políticas ambientais, as análises enfatizam o papel preponderante da *expertise* como instrumento de imposição e de legitimação das decisões. Nesse sentido, tem sido destacado que a rotinização e institucionalização dos procedimentos e a concentração dos processos decisórios nas mãos de poucos especialistas que detêm os conhecimentos técnicos, jurídicos e científicos requeridos, constituem os principais fatores responsáveis pela falta de incorporação da “participação democrática e igualitária” nos processos de formulação e implementação de políticas ambientais (Carneiro 2005; Paraíso 2005; Leite Lopes 2006).

Esse trabalho se insere nessa problemática de investigação mais geral referente às relações entre *expertise* e militantismo. Todavia, diferente dos trabalhos que aceitam como dado e evidente certa tendência geral de institucionalização e de profissionalização do ambientalismo, pretende-se evidenciar a hipótese de que, no caso brasileiro, os significados e a utilização de competências de *expertise* na defesa de causas ambientais em diferentes esferas de atividade (na administração pública e burocracia estatal, em universidades e centros de pesquisa, no exercício de assessoria e consultoria, em associações e ONG’s ambientalistas, em

sindicatos e organizações de defesa de categorias profissionais, em partidos políticos, etc.), estão associados a padrões diversificados de reconversão da formação e do exercício profissional, com base nos vínculos anteriores e/ou simultâneos estabelecidos com redes diversificadas de organizações e “movimentos sociais”. Essa formulação da questão de pesquisa se insere numa problemática de investigação mais geral referente às condições de emergência e às dinâmicas do ambientalismo no Brasil e constitui um desdobramento de uma pesquisa anterior sobre as lógicas sociais de engajamento no ambientalismo entre 1970-2005 e de duas investigações ainda em curso: uma, sobre as dinâmicas de fabricação e de utilização de manifestações e protestos públicos na defesa de causas ambientais; outra, sobre os processos de produção da política de expansão do eucalipto no Rio Grande do Sul. Esse conjunto de pesquisas tem nos colocado diante do desafio de considerar os significados e os usos da *expertise* em suas relações com os processos diferenciados de configuração da formação escolar e profissional, da burocracia estatal, assim como, da própria atividade militante.

Essa forte imbricação da formação técnica e profissional com o engajamento político, com base na inserção em diversas redes de organizações e “movimentos sociais” e nos vínculos estabelecidos com esferas sociais diversas no decorrer de seus itinerários familiares, escolares, profissionais, políticos e militantes, constitui um dos ingredientes principais das relações entre *expertise* e militantismo no caso observado. Nesse sentido, o trabalho demonstra que a inserção e respectivos vínculos com redes e esferas sociais distintas têm um peso muito maior do que os recursos de *expertise* na conformação da base de recursos utilizados pelos diferentes atores vinculados ao ambientalismo, pois se trata de uma situação semelhante àquelas em que a constituição de organizações e agências governamentais voltadas para a proteção ambiental é fortemente dependente da esfera estatal e da dinâmica político-partidária em termos de suas formulações ideológicas e de seus recursos humanos, organizacionais e financeiros (Jimenez, 1999). Para evidenciar isso, serão examinadas as condições e as lógicas sociais que respaldam os usos e a reconversão da formação escolar e universitária para a ocupação de cargos e funções dirigentes em organizações e instâncias de proteção ambiental, focalizando as concepções de sociedade e de política que fundamentam as definições da atividade profissional, assim como os tipos de recursos e de vínculos sociais e políticos associados ao seu exercício.

Tal hipótese está embasada, por um lado, no princípio de que a ocupação de cargos e posições profissionais não constitui um resultado direto da formação escolar e universitária adquirida, sendo antes mediada por dinâmicas estruturais e objetivas, bem como por recursos, disposições e concepções constituídas no transcurso de diferentes tipos de socialização (familiar, escolar, política, profissional, etc.) (Bourdieu, 1979; Bourdieu & Boltanski, 1998; Bourdieu, 1998). Uma das alternativas aberta pela análise do militantismo na defesa de causas consiste justamente em considerar a atuação profissional em ONG's como resultado de “investimentos sociais múltiplos” e da participação anterior ou simultânea dos atores em um conjunto diversificado de “atividades sociais” (Collovald, 2002; Coradini, 2002; Lecheien, 2002). Desse modo, a análise das modalidades de ocupação de cargos e funções de *expertise* em instâncias de proteção ambiental pode ser tomada como uma situação exemplar para a investigação das condições e lógicas sociais de reconversão da formação escolar em competências profissionais. Dessa forma, é possível colocar em questão e reconsiderar os limites, comumente aceitos, entre formação universitária, militantismo e exercício profissional. Por outro lado, ela está respaldada também em diferentes estudos que têm

salientado a importância do “plano político” na constituição dos recursos que respaldam as dinâmicas de constituição e de ação dos grupos sociais na sociedade brasileira (Pécaut, 1990; Coradini, 1998; Dezalay & Garth, 2002; Conniff, 2006; Love & Barickman, 2006). Tais estudos têm evidenciado que, no caso brasileiro, as concepções e as práticas associadas à formação e ao exercício “profissional” em diferentes esferas de atividade exigem, principalmente, a capacidade de estabelecer um vínculo duradouro entre o “conhecimento escolar” e a “realidade”, de modo que a prática profissional é concebida como algo que resulta quase sempre da utilização instrumental de competências adquiridas através da formação escolar e universitária com fins de politização nas mais diferentes esferas sociais.

O material utilizado como fonte de informação consistiu, primeiramente, de artigos de jornais de âmbito regional (Zero Hora, Correio do Povo), informações disponíveis em sites de associações, redes de ONG's, secretarias, conselhos e comitês estaduais de proteção ambiental, sites de notícias ambientais e publicações sobre a história do ambientalismo no Rio Grande do Sul e no Brasil. O levantamento de tal material teve como objetivo principal a identificação do arcabouço legal e das respectivas instituições e atores sociais associados à formulação de políticas ambientais no estado, de modo a constituir uma espécie de história social da constituição do “setor” de proteção ambiental no Rio Grande do Sul. Em segundo lugar, foram realizadas entrevistas biográficas com ativistas das principais ONG's ambientalistas do estado que ingressaram nas mesmas em diferentes momentos do período considerado, possibilitando a caracterização e a comparação de distintas gerações militantes. Após isso, foram realizadas entrevistas também com “técnicos” que atuam em agências governamentais de proteção ambiental e com aqueles que prestam serviços de assessoria e consultoria a empresas que atuam no “setor” de proteção ambiental. Os procedimentos metodológicos utilizados para o conjunto das entrevistas concentraram-se na investigação das trajetórias familiares, escolares, ocupacionais e militantes que os conduziram ao ambientalismo, no exame dos significados e das modalidades de uso da formação escolar associados à sua atuação e na análise da diversidade de esferas e de redes sociais que contribuem para a aquisição e a reconversão dos recursos que fundamentam suas concepções e práticas militantes e profissionais. O material obtido através de tais procedimentos conduziu à identificação de diferentes padrões de carreiras que conduzem à atuação profissional na “área do meio ambiente”.

Agendas Internacionais e “Setor” de Proteção Ambiental

A existência de organismos e agências governamentais destinados à proteção ambiental no Brasil não é tão recente como geralmente se afirma. No final do séc. XIX foram criados os primeiros parques nacionais e durante a implantação da Constituição de 1934 foram formulados o Código de Águas e Minas e o primeiro Código Florestal Federal Brasileiro. Essas primeiras iniciativas foram inspiradas e respaldadas em políticas adotadas nos “Estados Unidos que, desde 1900, estavam vivendo um período de intensa regulamentação e elaboração de linhas-mestras políticas para controlar o uso dos recursos minerais e florestais” (Svirsky e Capobianco, 1997).

Essa influência de problemáticas e de políticas orientadas pelas agendas internacionais é um traço característico também do início da estruturação administrativa das agências governamentais responsáveis pela defesa ambiental durante a década de 1970. Isso porque,

a criação das primeiras agências nacionais esteve diretamente vinculada à participação do Brasil na I Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, em Estocolmo, no ano de 1972. Nessa conferência, a posição inicial do governo brasileiro, juntamente com outros países em desenvolvimento, de priorizar o “crescimento acelerado em detrimento de questões ligadas à preservação do meio ambiente”, foi objeto de pressões de grupos ambientalistas estrangeiros (Loureiro e Pacheco, 1995: 138). Tal posição tratava a problemática ambiental como “a antítese do desenvolvimento almejado” com o argumento de que “a principal poluição era a miséria” e de que “a proteção ao meio ambiente era uma preocupação inventada pelos países ricos para pôr obstáculos à industrialização do Terceiro Mundo” (Menezes, 1997). Diante das críticas e pressões de instâncias internacionais geradas por essa posição do governo brasileiro e com o intuito de se conformar às diretrizes formuladas por tais instâncias, evitando ficar numa posição de vulnerabilidade frente à obtenção de empréstimos e investimentos vindo de fora do país, foi criada em 1973 a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Além desse objetivo inicial, “não havia qualquer definição clara e objetiva de uma política ambiental para o país a ser conduzida por essa secretaria. Foi atribuída a ela apenas um rol de objetivos de difícil operacionalidade” (Menezes, 1997: 80).

Essa combinação de adequação às agendas internacionais com grandes indefinições institucionais e uma estruturação precária constitui um aspecto que predomina ao longo da existência e do funcionamento das estruturas administrativas de proteção ambiental. Ela constituía o órgão normativo e de coordenação da área de meio ambiente no país, estando vinculada inicialmente ao Ministério da Saúde e à Política Nacional de Saneamento. Em consonância com isso, seus objetivos estavam orientados para a conservação dos recursos ambientais e para o controle da poluição industrial. No entanto, sua criação e funcionamento ocorreram de forma desarticulada de órgãos mais antigos como o Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Superintendência para o Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA) e a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) que tinham atribuições tanto normativas quanto financiadoras de projetos de reflorestamento e que no caso do segundo estavam ligados ao desmatamento de extensas áreas da Floresta Amazônica. É somente em 1989, ou seja, dezesseis anos após sua criação, que a SEMA passa a fazer parte, juntamente com esses outros órgãos, de uma estrutura unificada, formando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA). Além dessas indefinições institucionais, a existência de tal secretaria foi marcada por uma grande precariedade em termos de recursos humanos e materiais: possuía apenas três técnicos, dada à falta de eficácia e de efetividade de suas ações institucionais tinha que funcionar em aliança com os estados e delegando competências e funções a esses, em contraste com a lógica centralizadora que predominava ao nível federal nesse período e que se fazia presente na concepção da própria estruturação ambiental, que deveria funcionar sob a forma de um sistema coordenado por um organismo central (Andreoli, 1992).

A expansão do ambientalismo para diferentes espaços sociais, durante a década de 1980, correspondeu à ampliação do papel do Ministério Público como defensor dos “direitos difusos”, à criação de secretarias, órgãos públicos e conselhos de meio ambiente e à exigência de realização de Estudos e Relatórios de Avaliação de Impactos Ambientais (EIA-RIMA) na implantação de atividades que apresentem riscos e impactos ambientais, os quais deverão ser apresentados e debatidos em audiências públicas. É também nesse período que foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente por intermédio da SEMA e que sur-

giu o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com o objetivo de elaborar arranjos institucionais novos para a área ambiental. Desta forma, foi criado o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) que procurava articular as instituições ligadas à proteção ambiental nos níveis federal, estadual e municipal e que possibilitava a participação de associações e organizações não-governamentais nessas diferentes instâncias na implantação da política ambiental.

No entanto, é somente no ano de 1992, quatro meses após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na cidade do Rio de Janeiro, que foi criado o Ministério do Meio Ambiente. Dada a carência de condições institucionais dos órgãos federais para atuar no âmbito estadual, o resultado foi estimular os estados a criar suas próprias estruturas. Contudo, o processo de estabelecimento dos organismos estaduais e municipais responsáveis pela política ambiental ocorreu de forma paralela e desarticulada dos desdobramentos salientados no nível federal. Isso porque, a implantação de órgãos estaduais de meio ambiente esteve inicialmente vinculada à formulação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que atribuía aos estados e municípios competências específicas no controle da poluição causada pelo funcionamento das indústrias, de modo que a atuação de tais organismos estaduais restringia-se ao tratamento dos problemas já existentes causados pela poluição industrial. Além disso, as diretrizes contidas no II PND eram muito fragmentadas, tinham um caráter essencialmente corretivo e não possibilitavam uma organização de conjunto, resultando na expansão de estruturas descentralizadas em relação ao âmbito federal e muito marcadas pelo contexto próprio de cada estado ou região. Em decorrência dessa acentuada descentralização e fragmentação dos âmbitos municipal, estadual e federal na implantação de políticas ambientais, os conflitos entre as agências governamentais foram constantes e ampliados ainda mais com a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, à qual introduziu a ação concorrente da União, estados e municípios como co-responsáveis pela garantia da qualidade ambiental (Loureiro e Pacheco, 1992). Como salienta Andreoli (1992: 19).

Essas indefinições, aliadas às áreas de vácuo institucional causadas pelo avanço de legislação sem a respectiva estruturação dos órgãos, e aquelas sobreposições já citadas estabeleceram, em alguns casos, dificuldade de identificação da estrutura responsável, por parte da sociedade civil.

No caso do Rio grande do Sul as agências estaduais de proteção ambiental também foram inicialmente vinculadas à problemática da poluição, através da Secretaria Estadual de Saúde. A Coordenadoria de Controle e Equilíbrio Ecológico (CCEE) foi o primeiro órgão do estado ligado à preocupação com a proteção ambiental, passando a fazer parte da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente nos anos de 1980. Nesse mesmo período foi criado o DMA chamado departamento de Meio Ambiente, cuja atuação direcionava-se à fiscalização da indústria coureira, sendo em 1990 foi transformado na Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM). O desenho institucional atual dos órgãos estaduais de proteção ambiental é muito recente, tendo início apenas no ano de 1999, com a criação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Ela conjugou os órgãos que estavam em outras secretarias: a Fundação de Zoobotânica (FZB) e o Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP), que eram da Secretaria da Agricultura e Abastecimento; a Fundação

Estadual de Proteção Ambiental que era da Secretaria da Saúde; e o Departamento de Recursos Hídricos (DRH) que fazia parte da Secretaria de Obras e Saneamento.

Todavia, essas mudanças no arcabouço legal e nas estruturas administrativas de proteção ambiental do estado, não devem ser consideradas como sinônimo da imposição de uma racionalidade técnica e científica na gestão das políticas ambientais, nem também da influência e constituição de uma categoria profissional que passa a liderar tal “setor” (Muller, 1995; Marques, 2003). Antes disso, é a constante utilização da formação técnica e profissional através de vínculos políticos partidários que constitui a base principal dos recursos que conduzem aos cargos administrativos no setor de proteção ambiental. Como consequência da imbricação da formação escolar e profissional com o engajamento políticos em diversificadas redes de organizações partidárias, as constantes mudanças políticas e eleitorais, externas aos interesses e às lógicas próprias do setor, constitui um dos fortes ingredientes da dinâmica de funcionamento de tais instituições. Um breve exame das mudanças nos principais postos de direção da SEMA e da FEPAM constitui um bom indicador do quanto os cargos mais importantes são ocupados pela combinação de critérios político-partidários e formação profissional.

Quanto a isso, observa-se que o padrão mais recorrente de ocupação e substituição dos cargos é constituído pelos casos em que o ingresso em tais postos não foi precedido pela atuação em postos vinculados à área de meio ambiente seja na administração pública ou mesmo privada. Isso se observa no caso de dois secretários da administração do PMDB, pois um era técnico contábil e o outro médico especializado em cirurgia plástica formado pela Universidade Católica de Pelotas. Esse também é o padrão principal de ocupação e sucessão dos cargos principais da SEMA na atual administração estadual, onde o atual secretário é promotor do Ministério Público Estadual, sem experiência anterior na área ambiental. O outro padrão igualmente presente é o constituído pelos casos em que a entrada na SEMA foi precedida pela atuação em cargos de chefia na “área do meio ambiente” em outras administrações do mesmo partido. Esse é o caso do primeiro secretário de meio ambiente que permaneceu à frente da referida pasta durante toda a gestão do PT, desde a criação da mesma em 1999. Ele só deixou o referido cargo com a derrota eleitoral do partido, mas como este conquistou o governo federal ele passou a ocupar o cargo de Secretário Especial do Ministério do Meio Ambiente na administração federal. Esse mesmo padrão pode ser encontrado no governo seguinte, comandado pelo PMDB. Todavia, nesse caso houve uma maior alternância na ocupação das principais pastas da SEMA. Dos quatro secretários que ocuparam a pasta principal da secretaria durante tal administração apenas dois tinham uma atuação anterior na área de meio ambiente: o primeiro, possui mestrado na área e já tinha ocupado a pasta da Secretaria de Meio Ambiente de Santa Cruz; o segundo, foi chamado no último ano de governo do PMDB tinha experiência de ter passado pela antiga secretaria do meio ambiente e saúde de Porto Alegre de atuar como assessor do meio ambiente na Prefeitura Municipal de Nova Prata. Por fim, em apenas um caso se observa a ocupação do cargo por “funcionários de carreira” da própria administração estadual com experiência “técnica” na área. Trata-se do caso da secretaria que era formada em biologia e Museologia, que tinha mestrado em botânica e era doutora em ciências pela UFRGS, além de ser servidora da Fundação de Zoobotânica do Rio Grande do Sul.

Constatação semelhante se observa quando são analisadas as disputas a respeito das próprias instâncias e das esferas institucionais e político-administrativas de discussão e de decisão quanto à implantação de políticas ambientais, bem como dos procedimentos e critérios que deverão ser adotados para sua execução. Um bom exemplo disso são os confrontos em torno do zoneamento e licenciamento ambiental da silvicultura no Rio Grande do Sul. Isso porque, durante o governo do PMDB ficou acordado entre a SEMA, FEPAM e Ministério Público Estadual que enquanto esse zoneamento estivesse sendo elaborado pelos técnicos da FEPAM, além de especialistas representantes de outros setores, o licenciamento para a atividade de silvicultura vigoraria com base em um Termo de Ajustamento e Conduta (TAC) entre os órgãos responsáveis. As datas definidas ficaram em até 31 de dezembro de 2006 para a entrega do zoneamento e 31 de março para ser discutido no CONSEMA. No entanto, o documento que continha o zoneamento estava incompleto nessa data provocando um atraso. A data limite do TAC expirou e com isso veio à tona ameaças de desistir de investimentos, demissões de trabalhadores das empresas que prestam serviços terceirizados às empresas de celulose, acusações de morosidade por parte da governadora e uma ampla discussão com acusações à secretaria na mídia. Na reunião do CONSEMA de 19 de abril de 2007, o então diretor presidente da FEPAM, nomeado pela atual gestão, iria pedir uma prorrogação da data do TAC, que segundo ele já estava previsto no que havia sido assinado antes. Esse novo TAC acabou resultando no seu pedido de saída da FEPAM. Isso porque esse TAC, segundo políticos e empresas, estava muito restritivo não possibilitando uma “flexibilização” com a retirada da obrigatoriedade de seguimento do zoneamento que ainda não tinha sido discutido no CONSEMA. Por outro lado, o documento elaborado pela FEPAM também recebeu críticas por conter muitas restrições com relação às áreas que poderiam ser plantadas, alegando-se que não estava sendo levado em consideração fatores ecológicos e econômicos e dessa forma deixando de fora os empreendimentos dessas fábricas em muitas cidades. Para viabilizar as reivindicações dos empresários e de deputados alinhados ao atual governo estadual, a secretária da SEMA foi substituída pelo Procurador do Ministério Público Estadual, que já tinha sido presidente da Associação do Ministério Público do RS e exercido as funções de Secretário de Estado da Justiça e Segurança. Além disso, também o diretor da FEPAM foi demitido e em seu lugar foi nomeada uma bacharela em economia com mestrado controladoria e que tinha sido diretora do Tribunal de Justiça do RS e Diretora-Geral da Secretaria de Segurança Pública. Em reação às medidas adotadas pela SEMA e FEPAM das reivindicações dos setores empresariais e dos políticos defensores da expansão do eucalipto, os ambientalistas entraram com várias ações na justiça, sendo que uma delas foi ajuizada pela juíza-substituta da Vara Ambiental da Justiça Federal de Porto Alegre/RS através de uma liminar que transferia da FEPAM para o IBAMA o licenciamento das atividades de silvicultura, proibindo, inclusive, a plantação mesmo daqueles que já tinham EIA/RIMA. Sua argumentação foi que havia um “desvio de finalidade na atuação da FEPAM” ao adotar critérios que comprometiam “os princípios de prevenção e precaução, indispensáveis à garantia de difusos interesses sócio-ambientais” e que o IBAMA, por ser órgão federal, “estaria afastado de pressões locais”. Algumas semanas depois, a desembargadora federal e presidenta do Tribunal Regional Federal (TRF), suspendeu a liminar que impedia a FEPAM de emitir qualquer tipo de licenciamento ambiental para empreendimentos ligados à silvicultura no Rio Grande do Sul, argumentando que a liminar anterior incorria no “risco indiscutível de grave lesão à ordem pública e à segurança jurídica”.

Tais conflitos e redefinições institucionais evidenciam o quanto os critérios e procedimentos postos em prática na implementação de políticas ambientais resultam da estrutura das redes sociais que convergem para tais políticas e de suas vinculações com clivagens político-ideológicas. De um lado, redes sociais que vinculam militantes de associações ambientalistas e lideranças de movimentos sociais diversificados e de partidos políticos ditos de “esquerda” e, mais precisamente, do Partido dos Trabalhadores; do outro, redes sociais estruturadas em torno de membros de ONG’s ambientalistas e políticos que mantêm vínculos com o “mundo empresarial”. O confronto entre membros dessas diferentes redes que convergem para as políticas ambientais está na origem das mudanças constantes dos critérios e recursos mobilizados nas diferentes esferas da administração pública. A permeabilidade de tais redes, relativamente externas aos interesses específicos da “comunidade de políticas públicas” e do “setor” de proteção ambiental, no funcionamento cotidiano do Estado, constitui uma das principais razões da dificuldade para a imposição das definições e das regras a serem aplicadas na implementação de políticas ambientais com um mínimo de autonomia. Isso porque, à multiplicidade de referenciais e de definições de ordem distinta, corresponde uma enorme variação dos mecanismos e procedimentos institucionais e uma diversidade muito grande dos interesses em jogo e dos recursos mobilizados pelos principais responsáveis pela formulação e implementação de políticas de gestão ambiental em função de sua inserção em redes sociais diversificadas. Como exemplifica o caso do licenciamento do eucalipto, muito mais do que um conflito que se desenvolva internamente às redes de organizações, de técnicos e de lideranças que fazem parte do “setor” de proteção ambiental, as medidas e procedimentos em relação ao processo de zoneamento e licenciamento ambiental do plantio, trouxe à tona inúmeras organizações e lideranças atuantes em diferentes ordens sociais, bem como o conflito entre as esferas administrativas municipal, estadual e federal. Desse modo, um breve recuo na constituição das instituições de administração da proteção ambiental no caso em pauta, parece nos colocar diante de modelos de formulação e implementação de políticas públicas diferenciados daqueles apresentados através das noções de “redes de comunidades de políticas públicas” (Marques, 2003) ou de “setorialização” da ação pública, bem como das análises que pressupõem a existência de uma “liderança profissional e técnica” que controle com legitimidade as políticas formuladas nessa área (Muller, 1995). Tal exame nos coloca diante de uma grande instabilidade na estrutura e composição das “redes de comunidade” das políticas ambientais, bem como a frequência de vínculos e recursos mobilizados que resultam da inserção dos responsáveis por tal política com esferas de atividade diversificadas e exteriores aos interesses e lógicas próprias de funcionamento do setor. Isso porque, a existência e o funcionamento das instituições administrativas e burocráticas de formulação e implementação de políticas de proteção ambiental, estão profundamente imbricadas com clivagens político-ideológicas relacionadas à dinâmica político-eleitoral e mais amplamente à esfera da política partidária. Sendo assim, muito mais forte do que os interesses e lógicas próprias da esfera burocrática e administrativa, são os vínculos anteriores e simultâneos dos formuladores de tais políticas com organizações partidárias ou facções políticas regionais e locais e sua combinação com os recursos acumulados através da inserção em um conjunto diversificado de esferas de atividade, no decorrer de seus itinerários familiares, escolares, profissionais e políticos.

Escolarização, Engajamento Político e Atuação Profissional

Semelhante ao que se tem observado no âmbito da constituição e do funcionamento das estruturas administrativas e burocráticas, também no caso das organizações ambientalistas a *expertise* e o conhecimento técnico não constitui o principal recurso militante que caracteriza os repertórios de ação utilizados pelos ativistas. Pelo contrário, a maioria dos deles apresenta a escola de forma “negativa” e os motivos para isso são muito variados, tais como: sua falta de “utilidade prática”, a escola “pouco lhes deu”, eles tiveram que “descobrir quase tudo sozinho”, etc. Nesse sentido, quando menciona, seus itinerários escolares destacam freqüentemente a importância de sua participação nos mais variados tipos de organizações e “movimentos sociais” para a compreensão da “utilidade” da formação escolar e universitária no exercício de suas atividades profissionais. Foi unicamente através do engajamento e da participação em diversos tipos de organizações e “movimentos sociais” (grêmios estudantis, diretórios e centros acadêmicos, organizações partidárias, MST, grupos de esportes, organizações religiosas, associações ecologistas, etc.) que tais dirigentes conseguiram “entender a universidade” e o curso escolhido e que adquiriram os conhecimentos e as competências que utilizam no exercício de sua profissão. Um bom exemplo dessa subordinação da formação escolar e universitária ao militante estudantil e partidário é o caso de uma dirigente do Centro de Estudos Ambientais (CEA). Para ela, quando ingressa no curso de educação física percebe que a universidade “é a mesma coisa que é na escola” e foi somente através da militância estudantil que ela conseguiu “acompanhar a faculdade” e “entender o que se passava ali”.

É reprodução da escola. Tem os atletas que são os melhores alunos. [...] Ah, tem os ruins, que não sabem fazer nada, eu me incluí na classe dos ruins, que fica ali, os excluídos da educação física. Uma coisa ridícula. A mesma coisa que é na escola. Eu fiquei apavorada. [...] E tu fica excluído toda a faculdade. Daí, no segundo ano, mais pro final, duas colegas minhas entraram no movimento estudantil [...] Daí, foi super legal porque eu consegui enxergar a faculdade... Bah, pra mim, foi tudo o centro acadêmico. Foi o que salvou a minha faculdade, senão teria sido um horror. Porque daí, eu consegui, sabe, acompanhar a faculdade bem diferente. A minha atuação foi bem diferente... Consegui entender o que se passava ali. Foi através do movimento (Entrevista).

Tais formas de apresentação da “história pessoal” evidenciam que uma das motivações principais para o ingresso no ambientalismo é a idéia de que a aquisição de uma formação universitária, de competências técnicas e de suas vinculações com o exercício profissional é indissociável da capacidade de integrar tais tipos de conhecimentos a “ideologias e práticas políticas”, de modo que sem esse “compromisso” ou “articulação” com a “realidade” e com a “prática”, a escola e a formação que ela oferece não tem nenhum valor. Por isso, em contraponto às “limitações” encontradas na “escola formal”, eles salientam a grande importância que adquiriu em seus itinerários escolares e profissionais um conjunto diversificado de “vivências”, de formas de “sociabilidade”, de engajamentos e militâncias, demonstrando que foi “fora da escola” e da “universidade” que se estabeleceram o valor e a utilidade de sua formação profissional. Para tais dirigentes, a formação escolar e técnica é algo que só tem uti-

lidade se estiver associada a uma “prática”, à “experiência vivenciada” pela participação na “realidade” e, mais especificamente, em organizações políticas e nos “movimentos sociais”. É com base nisso que avaliam a utilidade da formação escolar e universitária e que apresentam a “escola” como algo que pouco contribuiu para sua formação profissional (Oliveira, 2005, 2007).

Dessa forma, ao invés de se fundamentarem na imposição da técnica e das competências de expertise, as definições que respaldam suas intervenções militantes estão baseadas em concepções militantistas da formação profissional, no sentido de que ela resulta da capacidade de submeter a formação escolar e universitária ao engajamento e à participação política em diversos tipos de organizações e de “movimentos sociais”. Por isso, independente do tipo de formação universitária adquirida (educação física, biologia, geologia, direito, ciências sociais, jornalismo, etc.), é esse militantismo em relação à escolarização e à atividade profissional que constituem a tônica principal do relato dos entrevistados e que delimitam suas perspectivas de inserção e de ocupação de postos no mercado profissional. Nesse sentido, pode-se dizer que, para o conjunto dos dirigentes, o engajamento e a participação política constituem um dos ingredientes principais de sua formação e exercício profissional e não algo que é simplesmente “complementar” ou “adicional” ao seu trabalho e à sua ocupação. Diante disso, a participação no ambientalismo é sempre apresentada como uma forma de extensão ou prolongamento “natural” de sua formação escolar e profissional, devendo ser caracterizada, nas palavras dos próprios entrevistados, como uma “área de atuação profissional” e não como uma atividade “externa” ao desempenho de suas ocupações profissionais.

Quanto a isso, o levantamento de informações sobre a idade de entrada dos entrevistados no ambientalismo, mostrou que a grande maioria dos que atua em organizações ambientalistas ingressou nesse tipo de militantismo muito antes dos trinta anos, período que corresponde ao tempo de formação e de ingresso no mercado profissional. Quando se observam as principais faixas etárias relativas ao período de entrada no ambientalismo, percebe-se claramente que o período de emergência do seu engajamento acontece predominantemente durante a “juventude”, ou mais precisamente, entre o momento de conclusão do segundo grau e o tempo de entrada e de desenvolvimento da formação universitária. Como comprovação disso, verifica-se que quase a metade dos entrevistados (40,8%) aderiu ao ambientalismo até os 23 anos de idade e que outra parcela significativa (20,4%) ingressou na faixa dos 24 e 29 anos.

A predominância do ingresso em organizações ambientalistas nessas faixas etárias são significativas do quanto a emergência desse tipo de engajamento ocorre frequentemente num momento de escolha e de formação profissional. O que se reforça, primeiramente, pelo fato de que a idade média de ingresso dos entrevistados na universidade fica entre os 21 anos e a de conclusão nos 26 anos. Assim, de um total de 42 entrevistados para os quais se dispõe de informação sobre isso, observa-se que a grande maioria deles (ou 83,3%) ingressou na universidade até os 23 anos e o restante a partir dos vinte e quatro. Já no que diz respeito aos que aderiram à defesa ambiental numa fase mais tardia de sua formação e exercício profissional, relativamente mais próxima à retração de suas atividades no mercado de trabalho, os percentuais são bem inferiores em comparação com esses. São 14,3% os que estavam com idades entre 30 e 39 anos, 16,3% os que ingressaram no ambientalismo entre 40 e 49 anos, enquanto que em apenas quatro casos, que equivalem a um percentual de 8,2%, ocorre a entrada no ambientalismo numa idade que coincide ou se aproxima do

momento de aposentadoria. Em somente um deles, a entrevistada ingressou após ter se aposentado. Em segundo lugar, quando se considera o período que vai do início da década de 70 ao começo dos anos 2000, constata-se que tem havido uma forte tendência de diminuição da faixa etária de entrada no ambientalismo. O momento de emergência desse engajamento sinaliza nitidamente, e cada vez mais, para o recrutamento de indivíduos cuja faixa etária coincide com a idade de entrada e de desenvolvimento da formação universitária e do exercício profissional. São nas faixas etárias em que há um maior investimento em termos de formação e de procura de espaço no mercado de trabalho que a grande maioria iniciou sua participação na defesa de causas ambientais. Dito de outro modo é em uma fase decisiva de seus itinerários escolares e profissionais que os militantes ambientalistas, como eles mesmos costumam dizer nas entrevistas, foram “despertados” para a defesa do meio ambiente.

Acrescente-se a isso que essa estreita ligação da formação com o engajamento não ocorre apenas no período inicial da formação universitária. Observa-se, por um lado, que a participação em diversos tipos de organizações e de “movimentos sociais”, antes de entrar no ambientalismo, é muito grande entre os entrevistados. São raros os casos daqueles que aderiram ao ambientalismo sem experiências anteriores em organizações políticas às mais diversas, tais como organizações estudantis (grêmios, centros e diretórios acadêmicos), sindicatos, partidos políticos, organizações religiosas e assistenciais, etc. Somente três entrevistados ou 6,1% não apresentaram algum tipo de vinculação anterior com organizações desse tipo. Já os que apresentaram alguma forma de envolvimento com organizações como essas, sejam como simpatizantes ou militantes, constituem a grande maioria perfazendo um índice de 93,9%. Deste modo, pode-se perceber que, em geral, entre a socialização política no meio familiar e a adesão a organizações ambientalistas se encontra um conjunto muito diversificado de participações, desligamentos e novas adesões a outros tipos de organizações e “movimentos sociais”. Neste sentido, poderia se dizer que em matéria de experiências políticas os ambientalistas raramente chegam “verdes” na defesa ambiental, como muito bem enunciou um dos entrevistados. Por outro lado, no que diz respeito ao tempo de permanência em organizações ambientalistas, observa-se que o militantismo ambientalista tem um tempo de duração relativamente longo. Mesmo que se caracterize como um militantismo que ocorre na “juventude”, a participação na defesa de causas ambientais é uma característica constante também no período de exercício profissional e não deve ser assimilada a uma “fase” passageira que ocorre apenas no período inicial de seu itinerário escolar e profissional. Quanto a isso vale mencionar que em quase todos os casos considerados sua “pós-graduação”, os cursos realizados ou direcionamento do exercício profissional estão voltados para a “área de meio ambiente”.

Tais aspectos nos colocam diante de uma situação bastante diferenciada daqueles casos em que o ingresso e a participação associativa ocorrem numa fase relativamente tardia da formação escolar e do exercício profissional, ou mais precisamente, quando os indivíduos estão próximos do período de aposentadoria (Agrikoliansky, 2002; Passy, 1998). Assim sendo, é a estreita ligação entre os itinerários escolares, militantes e profissionais que se apresenta como uma das características decisivas da atuação na “área de meio ambiente” e não a maior disponibilidade gerada pelo distanciamento dos indivíduos em relação às suas funções e atividades no mercado de trabalho, seja sob a forma de aposentadoria ou mesmo do desemprego. Por outro lado, tal situação difere também da que é encontrada nas aborda-

gens que apresentam o engajamento ambientalista como consistindo na utilização de “competências de expertise”, adquiridas através da formação e do exercício profissional, como instrumento de intervenção militante (Ollitrault, 2001: 126). Na situação em pauta, a imbricação do engajamento com o exercício profissional não resulta de uma espécie de imposição de “competências de expertise” como os principais recursos militantes, nem tampouco de um “diletantismo profissional” (Siméant, 2001; Siméant e Dauvin, 2002), posto que os significados atribuídos ao engajamento e à profissão têm conotações bem diferenciadas. Trata-se de uma situação em que o “sentido” e o valor da profissão implicam sempre um “compromisso” com uma “realidade” que é “totalmente política”, de modo que a formação e o exercício profissional não existem separados da capacidade ou competência de “comprometimento” da formação escolar e técnica com “a realidade” e com a “prática”, ou no caso, com a “natureza” e com a “vida”. É por isso que o engajamento, mais do que significar “elevar-se acima da profissão”, constitui sempre uma forma de realização profissional, de não distanciamento da “realidade”.

Essa concepção de política como uma “missão” e como um “compromisso com a realidade” constitui um dos fundamentos principais da definição e do exercício “militantista” da profissão, possibilitando que o ajuste entre a formação escolar e o engajamento não se apresente como algo conflituoso para os próprios dirigentes. No entanto, não estamos diante de concepções de sociedade e de política e de perspectivas militantistas da formação e do exercício profissional que sejam próprias dos atores que participam da defesa de causas ambientais. Pelo contrário, os princípios que fundamentam estas concepções e práticas estão vinculados à própria configuração do espaço escolar e do exercício profissional no Brasil (Conniff, 2006; Love e Barickman, 2006; Dezalay e Garth, 2002; Coradini, 1998). Fundamentando, por um lado, concepções e práticas que fazem do engajamento e da participação política uma forma de extrapolar os “limites de sua profissão” e de associar sua formação escolar e o exercício profissional à “cultura geral” e ao “humanismo” (Coradini, 1998) e, assim, “elevar-se acima do simples exercício de sua profissão” (Dezalay e Garth, 2002). E, por outro, constituindo também um dos ingredientes principais das mais diferentes formas de militantismo (Coradini, 2002). Trata-se, enfim, de uma situação em que o sentido e o valor da “profissão” são inseparáveis do “compromisso” com uma “realidade” que é “totalmente política” (Pécaut, 1990), de modo que a formação escolar e o exercício profissional requerem a capacidade ou competência de “comprometimento” da formação escolar e técnica com “a realidade” e com a “prática”, ou no caso, com a “natureza” e com a “vida”. É por isso que o engajamento e a militância política, mais do que significar “ruptura” ou “distanciamento” das atividades profissionais, constitui sempre uma forma de “realização profissional”, de “comprometimento” e de não distanciamento da “realidade”. Nesse sentido, poder-se dizer que a atuação no ambientalismo constitui uma forma de “ruptura” com o “simples” exercício profissional e de reativação de disposições que possibilitem “extrapolar os limites da profissão”, uma vez que, para eles, quando a formação e o exercício da profissão estão minimamente dissociados da “prática” resultam na “limitação” e na “redução” das possibilidades de seu desempenho e atuação.

Dessa forma, as definições que respaldam a atuação dos dirigentes nos remetem para concepções militantistas da formação e do exercício profissional, no sentido de que esta é constituída acima de tudo pela capacidade de submeter a formação escolar e universitária ao engajamento e à participação política em diversos tipos de organizações e de “movimen-

tos sociais”. É com base nessa concepção militantista da formação e do exercício profissional que os dirigentes ambientalistas olham com suspeição e desconfiança quem demonstra certa distância em relação à “natureza”, ou à participação em organizações políticas e “movimentos sociais”, seja durante a infância, seja no transcorrer do seu processo de escolarização e de exercício profissional. Por isso, não podemos simplesmente considerar a preponderância de dirigentes com formação escolar elevada como sinônimo de “profissionalização” do ambientalismo ou como um resultado direto disso, como tem sido feito por parte da literatura nacional e internacional. Primeiramente, porque no caso em pauta não existe um conjunto determinado de formação universitária e de diplomas que sejam mais favoráveis à entrada e a hierarquização das posições de direção na defesa do meio ambiente. Antes disso, é preciso dar conta dos significados e concepções atribuídas à formação escolar e universitária, como também dos tipos de recursos que fundamentam essa modalidade de atuação e dos respectivos espaços e vínculos sociais a partir dos quais são adquiridos.

Nesse sentido, pode-se dizer que essa estreita ligação da escolarização com a militância na defesa de causas ambientais é representativa de um processo mais amplo de diversificação das modalidades de utilização da formação escolar e profissional como instrumento de politização em diferentes esferas de atividade, o qual está relacionado a mudanças ocorridas tanto nas dinâmicas próprias do militantismo e da participação política quanto no espaço de formação e de exercício profissional. Dentre os fatores que propiciaram isso, destacam-se, em primeiro lugar, certas mudanças nos contextos político e ideológico dos anos 1980. É o caso da abertura dos espaços de participação política decorrente do “processo de redemocratização” que resultou na intensificação do “fenômeno da militância múltipla”, de modo que as redes de lideranças de diferentes organizações e movimentos sociais se tornaram extremamente interligadas (Mische, 1997). Em segundo lugar, encontram-se mudanças no espaço da formação escolar e profissional. Trata-se, mais especificamente, da expansão e diversificação do ensino superior, que propiciou a ampliação dos usos instrumentais da escolarização e da formação profissional com vistas à politização e à articulação de diferentes esferas de atuação, através da inserção e da militância anterior e/ou simultânea em diversos tipos de organizações e movimentos sociais (Coradini, 2002). Por fim, destacam-se certas transformações das próprias bases sociais e das dinâmicas de ingresso no militantismo ambientalista. Desse modo, observa-se que nos anos de 1980 há uma mutação de um militantismo composto por lideranças com origens sociais elevadas e cujas intervenções estavam fundadas na bagagem cultural e política herdada ou construída a partir da família de origem, para padrões de atuação que resultam do ingresso de indivíduos com origens sociais mais baixas e heterogêneas e que têm como principal base de recursos, os vínculos estabelecidos no decorrer de seus itinerários familiar, escolar e profissional com partidos políticos, organizações e movimentos sociais diversificados (Oliveira, 2008).

No que pese a diversidade de esferas sociais associadas à atuação profissional na defesa de causas ambientais e dos vínculos sociais e políticos nos quais está baseada, pode-se identificar algumas regularidades quanto às condições e lógicas sociais que conduzem a essa forma de exercício profissional pela descrição de alguns dos principais padrões de carreiras de ambientalista. Uma das principais características dos padrões de carreiras desse período é que a atuação em ONG's conduz a dinâmicas de reconversão profissional com base nos vínculos estabelecidos a partir do intenso militantismo em organizações estudantis, partidárias e movimentos sociais diversificados. Na maioria dos casos tal articulação conduz à

ocupação de cargos e funções remuneradas na administração pública e na burocracia estatal com base nos vínculos estabelecidos na militância partidária. Em outros casos ela se direciona seja para o exercício de assessoria e consultoria “na área de meio ambiente”, seja para a atuação no interior da “profissão” em assuntos vinculados ao exercício de determinadas categorias profissionais (jornalismo, direito, biologia, etc.), ou ainda, ao desempenho de funções remuneradas como funcionários e técnicos de ONG’s.

Desse modo, dentre os inúmeros padrões de reconversão profissional através da participação em ONG’s ambientalistas e dos respectivos vínculos com organizações e movimentos diversificados, destacam-se aqueles casos que fazem do exercício de funções técnicas e remuneradas em tais organizações uma forma de carreira profissional. Cabe destacar, que a ocupação temporária de funções remuneradas vinculadas ao desempenho de cargos técnicos e de representação nas ONG’s é constante entre os militantes das mais diferentes associações, mesmo daquelas que defendem o trabalho “voluntário” e que são contrárias à utilização de funcionários remunerados e de “trabalho pago” na militância ambientalista. Isso pode ocorrer com base na utilização, como forma de salário, das remunerações concedidas pelo Estado para a representação das ONG’s em conselhos e comitês estatais de proteção ambiental, como também através de remuneração proporcionada pela própria organização para o desempenho de funções de secretaria na entidade. Como bem salientou um dos entrevistados, o trabalho como “secretário remunerado do movimento”, durante dois anos, quando teve que parar de trabalhar na área de mecânica pelo fato de mudar para o curso de biologia que era diurno, possibilitou-lhe certa “segurança nessa fase de migração do curso até conseguir uma bolsa”. Relativamente diferenciados destes casos são as situações em que a ocupação de funções remuneradas como técnicos de ONG’s constitui a modalidade principal de atuação profissional do dirigente. Pelo que já foi exposto anteriormente em relação ao tipo de concepção de profissão e de militância que respaldam tal militantismo na situação em pauta, a ocupação de cargos remunerados em organizações ambientalistas não se configura apenas como uma forma de imposição de competências escolares e técnicas como os principais recursos militantes. Pelo contrário, tais cargos implicam sempre um trabalho preliminar de aproximação e de intenso militantismo na própria organização, de modo que dificilmente consiste na contratação direta ou formal em função da formação escolar e técnica requerida.

Uma primeira modalidade de carreira de dirigente ambientalista é a que resulta do intenso militantismo em organizações estudantis e partidárias e da articulação do engajamento associativo com a ocupação de cargos e funções remuneradas na administração pública e na burocracia estatal com base nos vínculos estabelecidos na militância partidária. Um trajeto ilustrativo desse padrão é o caso do dirigente da associação HOCTEMPORE de Pelotas. Ele tem 34 anos, é filho único e natural de Herval, onde o pai trabalha com comércio de carro e a mãe é professora do ensino fundamental. Durante o segundo grau deslocou-se para a cidade de Pelotas onde se formou em eletromecânica pela Escola Técnica e em direito pela Universidade Federal. Seus pais eram adeptos do PDT, mas ele iniciou sua participação política através do grêmio estudantil e, depois, da militância no Partido dos Trabalhadores (PT), integrando a “tendência” chamada de “democracia socialista”. Como ele mesmo salienta foi a “participação político-partidária” que o conduziu ao “movimento ambiental”, no sentido de que foi com base na “aproximação ideológica” com ambientalistas do Centro de Estudos Ambientais (CEA), também filiados ao PT, que ele decidiu inte-

grar tal associação. Desse modo, durante a formação universitária ocupou posição de direção simultaneamente no Diretório Central de Estudantes, no Centro de Estudos Ambientais (CEA), além de participar da “setorial de meio ambiente” do PT a nível estadual. Foi com base nesse trajeto de militância simultânea no PT e no CEA que ocupou a pasta de Secretário Municipal de Qualidade Ambiental, durante a administração petista no município de Pelotas (2001-2004). Todavia, durante o processo de sucessão do então prefeito e candidato à reeleição, tomou uma posição favorável à reeleição do mesmo, contrariando a decisão de outras lideranças do CEA que, em função de atritos com o então prefeito, haviam decidido indicar outro candidato petista para a reeleição. Com isso, desligou-se da associação, criou a HOCTEMPORE e com base nos vínculos estabelecidos de longa data no PT assumiu um cargo no Ministério do Meio Ambiente. Atualmente, ele é um dos principais articuladores de uma rede de ONG’s voltadas à defesa do “bioma pampa”, à qual já conta com a adesão de aproximadamente 80 associações ambientalistas do estado. Disso resulta, uma concepção do movimento ambientalista como devendo estar associado à política partidária. Ou seja, a única forma de unificar os objetivos e estratégias de luta das organizações e mobilizações ambientalistas é, necessariamente, através de uma orientação comum para a intervenção no âmbito da política partidária. O que fundamentam essa imbricação da “política ambiental” com a “partidária” é uma concepção militantista da própria política partidária, no sentido de que esta deve estar sempre associada com outras esferas de militância (Coradini, 2002).

Essa combinação de militância ambientalista e partidária é muito freqüente entre o conjunto dos entrevistados. Todavia, em muitos outros casos são as rupturas com o militatismo partidário que conduz ao engajamento associativo. Esse é o caso do presidente do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CERBMA) e do PROJETO CURICACA. Ele é natural de Porto Alegre, tem 45 anos e uma trajetória social ascendente em relação ao grupo familiar. Seus pais são descendentes de imigrantes alemães com portugueses, têm apenas o primeiro grau completo e são proprietários de uma pequena empresa de venda de peças de caminhão. Foi através da escolarização que ele começou a participar de organizações políticas: primeiro, no grêmio estudantil da escola e, depois, mais fortemente durante todo o percurso universitário na faculdade de agronomia, à qual segundo ele próprio, tem um papel decisivo na sua orientação profissional. Inclusive, foi a ausência da “área social e política” que o levou a abandonar os três anos que tinha cursado de oceanologia para dedicar-se à faculdade de agronomia. Neste sentido, durante o curso de agronomia teve uma atuação no diretório acadêmico durante dois anos e meio, nas movimentações que uniam os estudantes com os movimentos sociais, destacando as mobilizações conjuntas com o MST. Além disso, mesmo que nunca tenha tido, segundo ele mesmo, uma “identidade mais fisiológica partidária”, os vínculos pessoais estabelecidos com professores e colegas filiados ao PT durante a graduação e o mestrado em agronomia, lhe possibilitou uma longa atuação em secretarias e órgãos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre vinculados à defesa ambiental: primeiro, na “área de compostagem” no Departamento Municipal de Limpeza Urbana, depois na “área de poluição industrial” e em projetos de “gestão ambiental” na Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Paralelamente à ocupação de tais cargos, ele investiu na “qualificação” profissional através de cursos de aperfeiçoamento no Japão e Alemanha, alguns destes como desdobramento da própria função exercida na administração municipal. Com base nos cargos e cursos realizados e, principalmente, dos conta-

tos estabelecidos através dos mesmos com ex-colegas da faculdade de oceanologia redirecionou sua carreira para o “trabalho de consultoria” na “área de meio ambiente” quando sentiu que não tinha “credibilidade” o bastante para atuar no governo e na “dinâmica pública”. Foi como desdobramento de seu trabalho de consultoria em meio ambiente que elaborou um “projeto de desenvolvimento sustentável” em torno do Parque dos Aparados da Serra em final de 1996 e início de 1997 para ser implementado em Cambará do Sul, formando um grupo que resultou na criação da associação PROJETO CURICACA, à qual preside. Desse percurso resulta uma definição da “qualificação técnica” como elemento importante à intervenção na defesa ambiental. Todavia, trata-se de uma concepção da “expertise” como devendo estar associada à esfera da política, ou mais precisamente, como a capacidade de articular o “conhecimento técnico” aos “aspectos políticos”.

Uma outra variação disso são os casos em que a entrada no ambientalismo é antecedida por uma forte participação sindical combinada com a militância partidária e com o exercício profissional em questões referentes aos problemas e mobilizações ambientalistas. Esse é o caso de um dos fundadores do Núcleo de Eco-Jornalistas do Rio Grande do Sul (NEJRS). Ele é natural do interior do Rio Grande do Sul e sua família mudou-se para Porto Alegre assim que ele concluiu o segundo grau. Seu pai é caminhoneiro e a mãe dona-de-casa, ambos tem o primeiro grau incompleto. O marco inicial de sua militância foi aos vinte anos, quando o Banco Sul Brasileiro, onde ele trabalhava, declarou falência. Com isso começou a participar do sindicato dos bancários e, através desse, também do PT, do qual se considera um dos “fundadores”. Esse período de intensa militância sindical e partidária coincidiu com o momento que entrou na FAMECOS-PUC onde cursou jornalismo de 1976 a 1980 e com o início de um período de grande participação no Movimento Estudantil. Como estudante de jornalismo chegou a ser diretor do centro acadêmico na PUC durante a gestão de 1977-78. Ao concluir a faculdade começou a participar do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, fazendo parte da diretoria como secretário, e da CUT, onde foi diretor de comunicação em 1982. No entanto, o exercício do jornalismo na empresa Zero Hora provocou uma redução da militância, pois segundo ele, em nome da “imparcialidade da notícia” tal empresa tinha uma postura contrária à filiação e à participação dos jornalistas em partidos e “movimentos sociais”. Por outro lado, foi com base no exercício da profissão de repórter da Zero Hora que ele entrou em contato com uma série de problemas, de mobilizações e de lideranças ambientalistas e que começou a perceber “que havia um campo fértil para sua especialização profissional”. Mais tarde desligou-se da referida empresa de comunicação para trabalhar na assessoria de imprensa da Procuradoria da República, a convite de uma colega de trabalho da Zero Hora. Foi nesse novo emprego que encontrou as condições para se dedicar ao ambientalismo, filiando-se à AGAPAN e desenvolvendo os contatos estabelecidos com as principais lideranças ambientalistas durante seu trabalho como jornalista de Zero Hora, bem como integrando as entidades de representação da categoria dos jornalistas. Foi com base nesses vínculos que criou o NEJ, à qual segundo ele, consiste numa “entidade não militante” e sim “técnica e profissional” direcionada à discussão da “questão profissional na área ambiental junto aos jornalistas”. Trata-se de um caso em que a defesa ambiental constitui uma forma de articulação da militância sindical e partidária com o militantismo no interior da “profissão” em assuntos vinculados ao exercício de determinadas categorias profissionais (jornalismo, direito, biologia, etc.), possibilitando um reconhecimento e destaque no próprio meio profissional.

Disso resulta uma definição “não-militante” das intervenções realizadas pela própria associação e de sua vinculação à esfera da “profissão”.

Num outro extremo destacam-se os casos em que o percurso universitário está desde o início articulado à militância em defesa de causas ambientais e é com base nos vínculos constituídos através de tal militantismo que ocorre a ocupação de funções técnicas e profissionais em diferentes esferas de atividade. Um exemplo disso é o caso da atual presidenta da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), que apresenta um trajeto marcado pela baixa vinculação com organizações e “movimentos sociais” e pela forte dissociação entre suas ocupações salariais, a formação universitária e a participação na associação. Ela é natural de Bagé, tem 46 anos e quando tinha 11 anos sua família se deslocou para Porto Alegre para os filhos fazerem faculdade. Seus pais têm apenas formação ao nível de primeiro grau, mas dispunham de boas condições financeiras para pagar os estudos durante a faculdade para todos os filhos, de modo que ela, suas três irmãs e o irmão têm formação universitária. Seu pai trabalhou na assistência técnica da Brastemp até se aposentar e a mãe era doméstica. Sua socialização política no meio familiar foi marcada pela figura de seu pai que era uma “pessoa politizada”, no sentido de que mesmo não sendo um militante de organizações partidárias sempre “discutia política” em casa. Segundo ela, o pai “gostava do Getúlio”, inclusive lhe deu depois uns documentos que saíram nos jornais sobre o mesmo e que ele recortava. No entanto, ele nunca envolveu a família na questão política, pois ficou com muito medo ao ver que várias pessoas que ele conhecia desapareceram durante a Ditadura Militar. No que pese esse tipo de vinculação do seu pai com a “política” ela nunca teve participação em qualquer tipo de organização estudantil ou partidária antes de entrar na AGAPAN. Pelo contrário, foi em decorrência do ingresso em tal associação que posteriormente participou do movimento estudantil e do Partido dos Trabalhadores. É que, para ela, a escola sempre “significou” um espaço de sociabilidade, para “fazer festa” e “encontrar as amigas”, chegando a repetir a 5ª série e o 1º ano do científico. Concluiu a formação secundária no curso de magistério e teve que fazer cursinho antes de prestar vestibular para sociologia na PUC e na UFRGS, passando apenas na primeira universidade e iniciando o curso em janeiro de 1983. Quando isso aconteceu, ela já participava da AGAPAN há dois anos. Seu ingresso na AGAPAN ocorreu em decorrência de sua vinculação anterior com a alimentação natural e possibilitou o contato com as lideranças da entidade que tiveram um papel destacado na sua criação. Todavia, sua formação universitária foi marcada, desde o início, por um grande desacordo com o mundo do trabalho e o da militância ambientalista. Como ela mesma salienta “era três mundos na verdade que eu tinha, a faculdade, tinha o meu trabalho que era a creche e a AGAPAN, entendeu? Coisas bem distintas”.

Com a conclusão da faculdade saiu do que ela chama de “período das creches” e foi ser secretária da AGAPAN, como funcionária remunerada durante três anos, segundo ela mesma, “uma experiência maravilhosa”, pois nesse período a AGAPAN estava aberta durante todo o dia e atendia um público bem diversificado, além de fazer denúncias. Depois disso, foi trabalhar na implantação do projeto de coleta seletiva do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) de Porto Alegre a convite do então diretor com base na afinidade surgida a partir de um seminário realizado no Goethe “O Lixo como Instrumento de Resgate Social”. Todavia, quando isso aconteceu já era a representante da AGAPAN no conselho deliberativo do DMLU. Quando saiu do referido departamento

ficou um tempo sem emprego, indo trabalhar com o cunhado vendendo porteiro eletrônico, mas saiu do mesmo, pois não agüentou: “isso aqui não tem nada a ver com o que penso”. Fez um projeto na área ambiental, mas não conseguiu financiamento. Em seguida entrou na Secretaria Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura de Porto Alegre. No período da entrevista estava desempregada, mas logo em seguida passou a ocupar a função remunerada de representante do Movimento Ecológico Gaúcho (MEG) no programa Pró-Guaíba. Para ela, todos esses cargos e posições ocupadas resultaram na possibilidade de exercício da sociologia associada à “questão ambiental”. Nesse sentido, é com base no militantismo em organizações ambientalistas e nos vínculos estabelecidos com lideranças e organizações que atuam em diferentes esferas de atividade que se define a utilidade do conhecimento adquirido. Disso resulta uma concepção de que a necessidade de um maior “conhecimento técnico” das questões ambientais por parte dos militantes deve estar sempre articulada à luta pela “democratização” e maior participação da “sociedade civil” nas instâncias de implementação de políticas ambientais (comitês, conselhos, secretarias, audiências públicas, fórum, encontros, seminários, etc.).

Conclusões

O exercício de funções de expertise em ONG's se insere num processo mais amplo de diversificação dos padrões de reconversão da formação escolar em competências e posições profissionais. Ela remete a dinâmicas de diversificação e de intensificação das modalidades de imbricação da formação e do exercício profissional com a participação política e o militantismo, contribuindo assim para a modificação das fronteiras vinculadas ao próprio exercício profissional. Nesse sentido, os diversos padrões de carreiras de dirigentes ambientalistas, apresentados no decorrer deste trabalho, foram considerados como novas formas de inserção e de ocupação de postos profissionais que contribuíram para a ampliação e expansão tanto das possibilidades de uso da formação escolar quanto dos locais e das formas concretas de exercício profissional. As relações entre a formação e o título adquirido e o emprego ou a posição ocupacional no mercado de trabalho não ocorrem de forma direta e automática. Tais relações são sempre mediadas tanto por condições e processos estruturais e objetivos quanto pelas disposições, recursos e competências adquiridas pelos atores no transcurso de suas trajetórias sociais, escolares e profissionais. Nesse sentido, esse trabalho demonstrou que as concepções de sociedade e de política características da configuração do espaço escolar e do exercício profissional no Brasil, constituem um dos ingredientes principais das relações estabelecidas entre formação e expertise. Tais concepções estão fundadas em princípios que remetem para a imbricação das modalidades de utilização dos recursos escolares e competências profissionais com as dinâmicas de participação e do militantismo em organizações e movimentos sociais. Antes de resultar de mudanças ocorridas apenas no mundo do trabalho, pode-se ver na maior oferta de títulos escolares, associada à continuidade das concepções militantistas da profissão, um dos fatores que contribuíram consideravelmente para uma maior diversificação dos padrões de atuação profissional na “área de meio ambiente”.

Muito antes de ocupar uma função, remunerada ou não, “voluntária” ou “técnica”, em determinada ONG ambientalista, os dirigentes já contam com um conjunto de valores, definições prévias e de recursos sociais que possibilitam ver em tal tipo atividade uma forma

autêntica de exercício e de realização profissional. O exame dos padrões de carreiras dos dirigentes ambientalistas foi uma estratégia analítica que possibilitou apreender como determinadas formas de percepção e de avaliação relativas à atuação técnica na “área de meio ambiente” constituíram-se no decorrer do tempo e sob determinadas condições sociais. Desse modo, ela nos coloca diante das disposições e dos recursos sociais que tornam possível o encontro entre determinada formação e o exercício de funções de expertise. A descrição dos padrões de carreiras de dirigente ambientalista permite dar conta de como as concepções militantistas que fundamentam esse tipo de atuação estão relacionadas às disposições e aos respectivos recursos adquiridos com base em vínculos estabelecidos através da inserção dos atores em diferentes esferas sociais no decorrer de suas trajetórias sociais e de seus itinerários escolares, militantes, ocupacionais e profissionais. Dessa forma, foi possível demonstrar que a utilização de competências de expertise na “área de meio ambiente” está respaldada em concepções, recursos e práticas profissionais que resultam da articulação entre posição social, formação universitária e inserção em diversas redes de organizações e “movimentos sociais” no decorrer de seus itinerários escolares e profissionais.

Dessa forma, pode-se dizer que, no caso em pauta, as retribuições ou os postos alcançados através da militância na defesa de causas ambientais podem ser obtidos pela reconversão da formação e do exercício profissional em diferentes esferas de atividade com base nos vínculos estabelecidos pelos dirigentes durante seus itinerários escolares e profissionais com “movimentos sociais”, sindicatos, partidos políticos, universidades, etc. O que difere das situações em que é somente com a ascensão do ambientalismo ao poder do Estado que se constitui uma oferta maior de cargos aos militantes ambientalistas (Sainteny, 1999). Em decorrência disso, o capital coletivo das organizações que atuam na defesa do meio ambiente é bastante frágil, não pela escassez dos postos oferecidos aos que militam nesse tipo de causa, e sim porque, primeiramente, há amplas possibilidades de articulação da formação profissional com a militância política em diversas esferas de atividade, segundo as respectivas redes de inserção dos militantes. E, em segundo, porque as posições acumuladas em múltiplas redes de organizações e “movimentos sociais” estão associadas a confrontos nos diferentes grupos e facções que fazem parte das mesmas.

Tais considerações nos colocam diante de perspectivas diferenciadas também daquelas que caracterizam a institucionalização do militantismo ambientalista como um processo linear que resultaria de sua participação regular em instâncias formais de proteção ambiental e da imposição da formação escolar e universitária como requisito principal para o ingresso e o exercício de funções dirigentes no ambientalismo. Não estamos diante de uma situação em que a multiplicação das organizações e das formas de ação militante resulta de uma diferenciação entre “campo militante” e “campo político” e entre a participação associativa e a militância partidária (Matonti e Poupeau, 2004). Pelo contrário, o que parece característico da situação analisada é que a partir de final dos anos de 1980, tem havido uma forte imbricação entre a atuação dos dirigentes de organizações ambientalistas com o militantismo partidário e com a ocupação de postos no Estado com base em tais vinculações políticas. Isso porque, os recursos utilizados em tal militantismo têm sido cada vez mais caracterizados pela intensificação da imbricação entre formação universitária e o engajamento político em diversos tipos de organizações, “movimentos sociais” e partidos políticos.

Referências

Agrikoliansky, E.

2002. *La Ligue Française des Droits de L'Homme et du Citoyen Depuis 1945*. Paris: L'Harmattan.

Alonso, A. & Costa, V.

2002a. "Por uma Sociologia dos Conflitos Ambientais no Brasil. In : ALIMONDA, H., *Ecologia Política. Naturaleza, sociedad y utopia*. Buenos Aires: CLACSO. Pp. 115-135.

Alonso, A., Costa, V.

2002b. "Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico". Em: *Boletim Informativo Bibliográfico*. Nº. 53. Pp 35-78.

Andreoli, C. V.

1992. "Principais Resultados da Política Ambiental Brasileira: o setor público". *Revista de administração Pública, Rio de Janeiro*. Nº 26. Pp. 10-31.

Bourdieu, P. & Boltanski, L.

1998. "O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução". In: Catani, A. & Nogueira, M. A. (orgs). *Pierre Bourdieu: escritos da educação*. Petrópolis, RJ, Vozes.

Bourdieu, P.

1979. *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit.

Bourdieu, P.

1998. "Classificação, Desclassificação, Reclassificação". In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (orgs). *Pierre Bourdieu: escritos da educação*. Petrópolis: Vozes.

Carneiro, E. J.

2005. "A Oligarquização da "Política Ambiental" Mineira". In: zhouri, A., LASCHEFSKY, K., Pereira, D. B. *A Instutentável Leveza da Política Ambintal - Desenvolvimento e Conflitos Sócioambientais*. Belo Horizonte: Autênticap. Pp. 65-88.

Collovald, A. Et. Alli. (Dir.).

2002. *L'Humanitaire ou le Management des Dévouements. Enquête sur un militantisme de "solidarité internationale" em faveur dur tiers-monde*. Rennes: PUR.

Conniff, M. L.

2006. "A Elite Nacional". In: Heinz, F. M. *Por Outra História das Elites*. São Paulo: FGV.

Coradini, O. L.

2002. "Escolarização, Militantismo e Mecanismos de 'Participação' Política". Heredia, B., Teixeira, C., Barreira, I. (Orgs.). *Como se Fazem Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Coradini, O. L.

1998. "Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais". Em: Felix, L. O. & Elmir, C. P. (Orgs.). *Mitos e Heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: EDUFRGS.

Dezalay, Y. & Garth, B.

2002. *La Mondialisation des Guerres de Palais. La restructuration du pouvoir d'État en Amérique Latine, entre notables du droit et "Chicago Boys"*. Paris: Seuil.

Gallet, G.

2002. "L' Expertise, Outil de l'Activisme Environnemental Chez Greenpeace France". In.: Hamman, P., Méon, J-M., Verrier, B. *Discours Savants, Discours Militants: mélange des genres*. Paris: L'Harmattan.

Hannigan, J. A.

1995. *Sociologia Ambiental. A Formação de uma Perspectiva Social*. Lisboa: Instituto Piaget.

Jiménez, M.

1999. "Consolidation Through Institutionalisation? Dilemmas of the Spanish Environmental Movement in the 1990s". In: C. Rootes (Ed.) *Environmental Movements: local, national and global*. London: Frank Cass. Pp.149-171.

Lechien, M-H.

2002. "Aider les Autres: trajectoires professionnelles, reconversions militantes et valorisation de la 'personne'". In: Collovald, A. Et. Alli. (Dir.). *L'Humanitaire ou le Management des Dévouements. Enquête sur un militantisme de "solidarité internationale" em faveur dur tiers-monde*. Rennes: PUR.

Leite Lopes, J. S.

2004. *A Ambientalização dos Conflitos Sociais. Participação e Controle Público da Poluição Industrial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Loureiro, M. R. & Pacheco, R. S.

1995. "Formação e Consolidação do Campo Ambiental no Brasil: Consensos e disputas (1972-1992)". Em: *Revista de administração Pública*. Vol 29. Nº 4. Rio de Janeiro, out/dez Pp. 137-153.

Love, J. L. & Barickman, B. J.

2006. "Elites Regionais". In: Heinz, F. M. *Por Outra História das Elites*. São Paulo: FGV.

Marques, E. C.

2003. *Redes Sociais, Instituições e Atores Políticos no Governo da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume/Fapesp.

Matonti, F. & Poupeau, F.

2004. "Le Capital Militant. Essai de Définition". Em: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris. N° 155. Pp. 5-11.

Menezes, C. L.

1995. "Emergência e Evolução da Política Ambiental Urbana no Brasil: do Estado Novo à Nova República". Em: *Revista de Administração Pública*. Vol. 31. N° 1, Rio de Janeiro. Pp. 70-95.

Mische, A.

1997. "De Estudantes a Cidadãos. Redes de Jovens e Participação Política". Em: *Revista Brasileira de Educação*. N° 5 e 6. Rio de Janeiro. Pp. 134-150.

Muller, P.

1995. "Les politiques publiques comme construction d'un rapport au Monde". In: A. Faure; G. Pollet & P. Warin (dirs.), *La construction du sens dans les politiques publiques, débats autour de la notion de référentiel*. Paris: Éditions L'Harmattan. Pp. 153-177.

Oliveira, W. J. F.

2005. "Paixão pela Natureza", Atuação Profissional e Participação na Defesa de Causas Ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e Início dos Anos 2000. Porto Alegre: UFRGS, Tese de Doutorado em Antropologia Social. Disponível no site: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000526042&loc=2006&l=bf2bb6bbdcf3022e> [acesso em 2 de setembro de 2007].

Oliveira, W. J. F.

2007. "Gênese e Redefinição da Causa Ambiental no Brasil". In: VII Reunião de *Antropologia do Mercosul*, GT 02: Estudos sobre engajamento militante e mobilização coletiva. Porto Alegre: UFRGS, 23 a 26 de julho.

Oliveira, W. J. F.

2008. "Engajamento Político, Expertise e Elites Dirigentes do Movimento Ambientalista". Em: *Revista de Sociologia e Política*. N° 30. Curitiba: UFP.

Ollitrault, S.

1996. "Science et Militantisme: les transformations d'une échange circulaire. Le cas de l'ecologie française". Em: *Politix*. Paris. N° 36. Pp. 141-162.

Ollitrault, S.

2001. "Les Écologistes Français, des Experts em Action". *Revue Francaise de Science Politique*. Vol 51, N° 1-2. Paris. février-avril. Pp. 105-130.

Paraíso, L. B.

2005. "Dilemas da Participação na Gestão de Unidades de Conservação: a experiência do Projeto doces Matas na RPPN Mata do Sossego". In: Zhouri, A., Laschefsky, K., Pereira, D. B. *A Instutentável Leveza da Política Ambiental - Desenvolvimento e Conflitos Sócioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica. Pp. 143-168.

Passy, F.

1998. *L'Action Altruiste*. Paris-Genève: Droz.

Pécaut, D.

1990. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática.

Rootes, C. (Ed.).

1999. *Environmental Movements: local, national and global*. London: Frank Cass.

Sainteny, G.

1999. "Logiques d'Engagement et Logiques de Rétribution au Sein de l'Écologisme Français". Em: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris. Vol CVI. Pp. 175-200.

Siméant, J., Dauvin, P., & C.A.H.I.E.R.

2002. *Le Travail Humanitaire. Les acteurs des ONG, du siege au terrain*. Paris: Presses de Sciences Po.

Svirsky, E., Capobianco, J. P. R. (orgs.)

1997. *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Instituto Socioambiental, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Viola, E.

1992. "O Movimento Ambientalista No Brasil, 1971-1991: da Denúncia e Conscientização Pública para a Institucionalização e o Desenvolvimento Sustentável". Em: *Ciências Sociais Hoje*.. Vol. 12, São Paulo Pp. 132-161.

Wagner, A-C.

2004. "Syndicalistes Européens. Les conditions sociales et institutionnelles de l'internationalisation des militants syndicaux". Em: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, N° 155. Paris. Pp. 13-34.